

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, PLANO REAL E MERCADO DE TRABALHO: algumas considerações sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre.

Fabício J. Missio¹
Rosele M. Vieira²
Jaicy Fidelis Iahn³

Resumo: O objetivo do presente trabalho é analisar as mudanças na forma de produzir que ocorreram e se intensificaram a partir do final do século XX, bem como a conjuntura macroeconômica brasileira na década de 90, a fim de caracterizar o cenário recente marcado pelas altas taxas de desemprego. Dado esta conjuntura, analisa-se o desempenho do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no período entre 1993 a 2005, centrando-se na questão emprego-desemprego. Mais especificamente, busca-se analisar quais os setores mais dinâmicos em termos da criação/ destruição dos postos de trabalhos e quais são as tendências que se configuram a partir deste período. As principais conclusões apontam no sentido de que o comércio e, principalmente, o setor de serviços, são os grandes responsáveis pelo aumento absoluto no nível de ocupação no período. Além disso, identificou-se também que o crescimento da economia tem sido incapaz de gerar postos de trabalho em número suficiente para absorver a mão-de-obra disponível o que, de certa forma, é característica estrutural do mercado de trabalho nacional e que tem se intensificado na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Palavras-Chave: Mercado de Trabalho, Desemprego, Reestruturação Produtiva.

Área temática: Emprego e mercado de trabalho, demografia econômica

Abril de 2006

¹ Professor da UEMS e Mestrando do Curso de Desenvolvimento Econômico da UFPR. E-mail: fabriciomissio@gmail.com

² Professora da UEMS - Mestre em Engenharia da Produção. E-Mail: roselecpea@bol.com.br

³ Acadêmica do Curso de Econômica da UEMS. E-mail: jfiahn@universia.com.br

1- INTRODUÇÃO

Atualmente, tem-se tornado consensual entre estudiosos de que o mercado mundial está cada vez mais globalizado e de que, portanto, a indústria, a produção e a fábrica estão deixando de ser fenômenos nacionais e passam a ser fortemente integradas e coordenadas globalmente. Isso ocorre porque a partir do chamado processo de reestruturação industrial - que esta baseado em novo modelo de automação flexível, com novos processos produtivos e novas formas de organização da produção - as empresas tem buscado se adaptar a evolução da base técnica que, por sua vez, torna-se caracterizada cada vez mais pela automação de processos. Essa automação de processos determina uma nova forma de concorrência: a concorrência baseada, fundamentalmente, na produtividade.

Estas e outras mudanças, que caracteriza o que se denomina de Terceira Revolução Industrial e que se intensificam a partir da década de setenta, trazem conseqüências profundas na economia interna e, por extensão, na postura estratégica adotadas pelas empresas. De um lado, verifica-se a ocorrência de um amplo conjunto de transformações baseado em um novo modo de produzir bens e serviços a partir da introdução de tecnologia de base microeletrônica, da reorganização das técnicas organizacionais e da crescente globalização do mercado. Por outro lado, do ponto de vista social, evidencia-se o crescimento do desemprego urbano e a deterioração nas condições de vida da classe trabalhadora, bem como, à exclusão social e econômica crescente de parcela significativa desta.. Mais especificamente, é a partir da década de setenta, com o avanço no grau de desenvolvimento e as sucessivas mudanças na base técnica de produção, que o mercado de trabalho se modifica e passa a ser caracterizado pela temática do desemprego.

Portanto, é a partir do aumento da produtividade e da introdução de inovações tecnológicas, configurando a reestruturação do capital produtivo - caracterizado pelo que Schumpeter denominou como “destruição criadora” - que os índices de desemprego passam a aumentar significativamente. Isso ocorre porque, além da Terceira Revolução Industrial proporcionar um acelerado aumento da produtividade do trabalho, tanto na indústria como em numerosos serviços, ela também transfere uma série de operações das mãos dos funcionários para os próprios usuários, configurando a difusão do chamado auto-serviço. O que se têm, na realidade, é que a aceleração da velocidade do processo de automação e a crescente substituição da eletromecânica pela tecnologia digital de base microeletrônica revolucionaram os processos de produção e acabaram atingindo o mundo do trabalho. Por um lado, diminui-se a oferta de empregos e, por outro, o sistema passa a exigir que os trabalhadores estejam cada vez mais enquadrados na visão dos defensores da teoria do capital humano, ou seja, mais escolarizados, participativos e polivalentes, como condição necessária para que ocupem as novas funções que vão surgindo com a mudança da base tecnológica do sistema produtivo.

A contínua diminuição do número de postos de trabalho vem, portanto, provocando reações e despertando debates, tanto no mundo acadêmico quanto nas instâncias políticas, sobre como reverter essa tendência. Constata-se a existência de grandes divergências entre as pesquisas que abordam a temática do desemprego, principalmente no que se refere ao efeito das inovações tecnológicas e do processo de globalização sobre este.

Longe de tentar dar uma resposta a este debate, o presente trabalho tem por objetivo analisar algumas mudanças que configuram a nova re-estruturação produtiva, bem como o cenário nacional da década de 90, uma vez que a mesma foi caracterizado por um *mix* de políticas que, invariavelmente, afetaram o desempenho do mercado de trabalho. A partir desta contextualização, busca-se analisar o desempenho do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) no período entre 1993 a 2005, centrando-se na questão emprego-desemprego. Mais especificamente, busca-se analisar quais os setores mais dinâmicos em termos da criação/ destruição dos postos de trabalhos e quais são as tendências que se configuram a partir deste período.

Para cumprir com os objetivos o trabalho constará, além desta introdução e das considerações finais, de três sessões. A sessão 2 destaca algumas modificações de âmbito global que tem ocorrido desde o último quartel do século passado; a sessão 3 apresenta a conjuntura macroeconômica brasileira na década de 90 com base nas políticas econômicas adotadas; e, a terceira sessão faz uma análise do desempenho do mercado de trabalho na RMPA, entre os primeiros anos da década de 90 até o período recente.

2 – AS MUDANÇAS AO LONGO DO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XX: Considerações sobre algumas implicações globais

A chamada Terceira Revolução Industrial, caracterizada pela substituição da eletromecânica pela tecnologia digital de base microeletrônica, rompe com o padrão de desenvolvimento estabelecido no pós-guerra alterando, principalmente, a estrutura da produção industrial. Essas transformações resultam, de um lado, do esgotamento da capacidade de inovar do paradigma científico e tecnológico taylorista - fordista, e de outro, do crescimento de novos setores intensivos em tecnologia. Nesse sentido, à medida que as transformações se difundem para os diferentes setores da economia, invariavelmente, surgem novos produtos e novos processos produtivos que, por sua vez, passam a reconfigurar a estrutura produtiva e, por extensão, o mercado de trabalho.

Vale lembrar, portanto, que esse novo paradigma tecnológico teve sua origem nos países desenvolvidos em meados da década de 70 e que se estabelece, definitivamente, nos anos 80, onde principalmente nas economias mais desenvolvidas consolida-se um processo de transição para um novo padrão de crescimento, de um lado, com ênfase nas novas tecnologias (principalmente a

microeletrônica, a biotecnologia e os novos materiais), e de outro, no desenvolvimento de novas técnicas de gerenciamento, novas formas de organização industrial e novas estratégias de mercado.

A ênfase na inovação tecnológica e o surgimento de novos paradigmas organizacionais tornam-se, segundo alguns autores, as premissas básicas para a sobrevivência das empresas. Segundo Lacerda (1998), os impactos das tecnologias de informação sobre as formas de organização da produção implicaram em mudanças no âmbito microeconômico e nas estratégias empresariais. Esse novo paradigma organizacional (da produção), segundo o autor, tornou a capacidade de produzir, aperfeiçoar e inovar, o principal ativo estratégico das empresas.

Segundo Chahad (1998, p. 257-58), essas mudanças têm significativos efeitos sobre a indústria, entre as quais, destacam-se: i) encurtamento dos ciclos de produção, de inovações e de negócios; ii) consolidação das tecnologias da informática e da computação, que se transformam em instrumentos hegemônicos de uma nova era econômica; iii) novas formas de gestão dos negócios de trabalho; iv) mudanças na divisão do trabalho e na alocação da mão-de-obra dentro da empresa e entre empresas, com o advento da terceirização; e v) novos requisitos demandados ao trabalhador em termos de sua polivalência, adaptabilidade, participação, iniciativa, cooperação e conhecimento dentro dos novos processos produtivos.

Mais especificamente, Dedecca (1998) sintetiza esse pensamento ao afirmar que, a reestruturação produtiva dos anos 90 impõe a esta uma rápida re-configuração da forma de produzir o que traz, por sua vez, implicações significativas, principalmente, sobre a estrutura industrial, uma vez que os ganhos de competitividade tornam-se o elemento chave para o bom desempenho das empresas em um contexto de abertura comercial e de uma economia cada vez mais globalizada. Essa nova perspectiva caracteriza uma reorganização econômica que não possui mais como foco a montagem de um aparelho produtivo complexo, mas sim a especialização de setores e de segmentos produtivos dinâmicos, principalmente, os que apresentam vantagens competitivas.

Cabe ressaltar, entretanto, que imposição por ganhos de produtividade traduz-se em uma pressão contínua por reduções de custos, comprometendo, sistematicamente, o nível de emprego industrial. A retração desse segmento do mercado de trabalho é acentuada pela destruição dos segmentos industriais menos competitivos e pelo avanço da sub-contratação da produção de bens e serviços pelas grandes empresas. É possível identificar, portanto, que esse novo padrão possui duas implicações básicas sobre a ótica da geração de empregos onde, por um lado, diminui sensivelmente os requisitos de trabalho por unidade de capital utilizado, assim como o produto gerado e, por outro, demanda cada vez mais trabalho de melhor qualificação, como forma de se obterem rapidamente ganhos de produtividade.

Nesse sentido, dado os efeitos dessas transformações, o desemprego passa a ser uma preocupação social mais forte a partir dos anos 80, a destacar-se no Brasil, quando o país começa a

praticar políticas de ajuste econômico de cunho conjuntural. Um caso típico de desemprego conjuntural ocorre na recessão do início da década de 80 provocado pelo ajuste externo da economia brasileira, bem como, no final da década, quando a ausência de políticas para eliminar as distorções e as próprias políticas de estabilização determina, para o período, taxas de crescimento negativas da produção e do emprego.

Diante das profundas transformações em curso da economia nacional, que se acentuam na década de 90, Pochmann (1998a) faz uma análise sobre os problemas do mercado de trabalho brasileiro e identifica, em linhas gerais, as causas dos problemas recentes (do mesmo). Desta forma, chama atenção para o fato de que, atualmente, a economia brasileira possui um duplo problema a enfrentar neste mercado, definidos segundo o autor, de velhos e os novos problemas.

Nos velhos problemas, duas distintas dimensões caracterizavam o mercado de trabalho até o final da década de 80. A primeira estava associada à permanência de problemas de mercado de trabalho tradicionais em economias periféricas, como: i) taxas ainda comprimida de assalariamento; ii) baixos salários; iii) alta informalidade; e iv) elevado subemprego. Essa situação, segundo o autor, decorre fundamentalmente de um processo incompleto de estruturação do mercado de trabalho que, embora estivesse se desenvolvendo desde o início da industrialização nacional, não chegou a se completar ainda nos anos 80. A segunda refere-se à presença de sinais de desemprego estrutural no Brasil, típico de uma economia industrializada. Isto é, ao longo do processo de desenvolvimento, foi sendo mantido um elevado excedente de mão-de-obra, incapaz de ser absorvido plenamente pelo movimento de rápida e profunda modernização das forças produtivas.

Atualmente, no Brasil, considerando o que o autor identifica como novos problemas, destacam-se, entre outros, dois a que deve-se considerar: i) a desestruturação do mercado de trabalho; e ii) um novo desemprego estrutural. O movimento de desestruturação do mercado de trabalho compreende dois fenômenos que combinam entre si, as altas taxas de desemprego aberto e a geração insuficiente de postos de trabalhos. Isso pode ser explicado, em parte, segundo Pastore (1997), pela incapacidade do Brasil de gerar empregos no setor formal decorrente da abertura comercial desordenada (1990-96), associada à sobrevalorização do real em relação ao dólar, o que teria facilitado às importações e dificultado a geração de empregos domésticos.

Por tanto, em síntese, esse movimento do setor industrial em direção a uma significativa redução no ritmo e no nível de absorção de mão-de-obra, conforme reconhece Chahad (1998), deve-se tanto às conseqüências da abertura comercial no contexto da globalização da economia, que lhe impôs a busca incessante da competitividade, quanto ao próprio modelo de estabilização e ajuste econômico adotado pelo País. Para o autor, o declínio do emprego formal, em especial, no setor industrial, leva a um aumento da ocupação no setor de serviços. Essas características são, em termos de Brasil, mais observáveis a partir do plano de estabilização implementado em 1994.

A seguir, tendo em vista que a conjuntura macroeconômica brasileira ao longo da década de 90 foi caracteristicamente marcada por mudanças na condução das políticas monetária, cambial e fiscal, que invariavelmente afetam o mercado de trabalho, busca-se, em síntese, retomar os principais aspectos dessas políticas.

3 – A CONJUNTURA ECONÔMICA BRASILEIRA NOS ANOS 90: O Plano Real e o *mix* das Políticas Cambial, Monetária e Fiscal.

Para fins de análise das influências da dinâmica das políticas macroeconômicas sobre o desempenho econômico brasileiro e, portanto, sobre o desempenho do mercado de trabalho, a partir dos anos 90, pode-se admitir na análise que este período foi caracterizado por três fases distintas, a saber: a primeira, na qual destaca-se um esforço de política fiscal no intento do ajuste orçamentário do governo; a segunda, através da implementação do Real, na qual as políticas cambial e monetária são os principais instrumentos, tendo como objetivo neste período, respectivamente, combater a inflação e equilibrar o setor externo; e uma terceira fase, em qual as funções da política cambial e da política monetária se invertem com relação ao período anterior, configurando-se, esta última, como a principal política econômica do governo até os dias atuais.

A análise de cada uma dessas fases, feita a seguir, permite que se entendam quais eram os mecanismos de política econômica e quais foram os principais resultados alcançados em cada período, bem como, fornece uma visão geral do comportamento do mercado de trabalho.

3.1 Primeira fase: Da abertura comercial à implantação do Real

A década de 90 é iniciada no Brasil num contexto de mudanças impostas pela agenda neoliberal inspirada no “Consenso de Washington”⁴ e num cenário internacional de mudança no paradigma tecnológico. A ciência e a técnica estão sendo consideradas um dos principais fatores para as economias. As sociedades são caracterizadas pelo processamento rápido das informações, por alto nível de conhecimento, por escalas de produção grandiosas, por “internacionalização do capital”, ou seja, por um processo de globalização que passa a caracterizar o novo cenário econômico internacional.

É no governo Collor, portanto, que efetivamente as políticas neoliberais são iniciadas no país e o ciclo econômico anterior é quebrado. Segundo Mercadante (1998, p.132):

“um ciclo que do ponto de vista econômico foi marcado por uma longa estagnação, acompanhada de taxas de inflação altas, crise cambial pressionada pelo endividamento externo e esgotamento do modelo de desenvolvimento inspirado nas substituições de importações”.

⁴ Segundo Mercadante (1998), o Consenso de Washington previa a abertura comercial completa, desregulamentação geral de economia, reconhecimento irrestrito de patentes, privatizações, Estado mínimo, flexibilização dos direitos trabalhistas para garantir a primazia do mercado entre outros.

Entretanto, a experiência deste governo acaba por deixar incompleta a agenda neoliberal iniciada. Desta maneira, é a partir do governo Itamar Franco, mais especificamente, na gestão de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda, em 1993, que o país se insere definitivamente na ideologia neoliberal. Segundo Ferrari-Filho (2002), neste momento, a economia brasileira encontrava-se aberta, com mercados financeiros desregulamentados e em franco processo de privatizações.

O cenário internacional em que o país se encontrava foi um fator determinante para viabilizar a estratégia de estabilização adotada por esse governo. Vale lembrar que a década de 90 - precedida de uma crise da dívida externa⁵ - é caracterizada pela liberalização financeira e por alta liquidez internacional. É, portanto, neste contexto, que o Brasil volta a ser receptor de capitais estrangeiros, mesmo antes de alcançar a estabilização⁶.

Neste sentido, a partir de 1993 a economia passa a viver uma nova dinâmica, mais precisamente, uma fase de preparação para o novo plano de estabilização. Para Bacha (1998), neste período a equipe econômica decidiu então adotar uma política bastante conservadora e apresentou o Programa de Ação Imediata (PAI)⁷, com ênfase total no ajuste das contas do setor público, cujos desequilíbrios eram identificados como a causa fundamental da inflação no Brasil. Observa-se assim, que o principal objetivo da política do governo era o combate a inflação, a qual era considerada consequência dos desequilíbrios orçamentários do governo e da indexação generalizada. A inflação neste período representava um grande entrave ao crescimento, apresentando as maiores taxas desde que se passou a estimar o nível de preços no Brasil, conforme se pode observar na tabela (1).

Tabela 1: Taxas de Inflação (IGP-DI % ao ano) e taxas de crescimento no Brasil

Anos	Inflação	Crescimento do PIB	Anos	Inflação	Crescimento do PIB
1990	1.476,6	-4,35	1995	14,8	4,22
1991	480,2	1,03	1996	9,3	2,66
1992	1.158,0	-0,54	1997	7,5	3,27
1993	2.708,6	4,92	1998	1,7	0,13
1994	1.093,8	5,85	1999	20,0	0,79

⁵ Segundo Tavares (1997), estas foram crises de liquidez, provocadas por uma valorização excessiva do dólar. Esta crise culminou na moratória da dívida externa brasileira em 1988. Veja também Tavares & Belluzzo IN: Bielchowsky & Mussi (2002).

⁶ Estes recursos teriam sido atraídos fundamentalmente pela arbitragem de juros, que no país eram atrativos e continuariam sendo durante a década. Aqui é importante enfatizar que esta característica foi uma das principais diferenças entre os planos de estabilização anteriores e o Plano Real, que sustentaria a valorização cambial dos primeiros anos através destes recursos internacionais.

⁷ Para Mercadante (1998, p. 143): “A linha clássica de argumentação (do PAI) era a necessidade de ajustar os gastos públicos financiados com o imposto inflacionário, em especial o orçamento que era administrado a partir do processo inflacionário”. Segundo Lanzana (2001, p. 49), o imposto inflacionário “recai sobre os detentores de moeda, em

* média anual

Fonte: Adaptado de Fundação Getúlio Vargas e IPEA (setembro/ 2005)

Portanto, o PAI foi uma das primeiras ações do governo na tentativa do ajuste fiscal. Na seqüência deste programa, no final do ano de 1993 é anunciado um novo programa de estabilização, o Plano Real, composto de três estágios. Segundo Bacha (1998) e Ferrari-Filho (2002), o primeiro estágio previa um equilíbrio orçamentário de curto prazo; o segundo objetivava o ajustamento dos preços relativos, através da introdução de uma unidade de conta estável (URV); e a terceira estabeleceria a conversão desta unidade de conta em uma nova moeda, o Real, realizando-se assim, a reforma monetária.

A respeito do primeiro estágio, Baer (2002, p. 221) conclui que

As principais medidas do ajuste fiscal consistiam em: (1) um aumento coletivo dos impostos de 5%; (2) criação do Fundo Social de Emergência (FSE) que recebeu 15% de toda receita fiscal e deveria ajudar a realizar o ajuste fiscal temporário⁸; (3) cortes nos gastos com investimentos públicos, pessoal e empresas estatais de cerca de US\$7 bilhões.

Assim, seria possível equilibrar o déficit público, através de aumento de receitas⁹ e redução de gastos do governo, combatendo, desta forma, uma das principais causas da inflação. Observe, portanto, que este período foi caracterizado por uma política fiscal restritiva, na medida que identificava-se o déficit fiscal como responsável pela elevação do nível de preços. Cabe ressaltar, contudo, que apesar da redução dos gastos do governo, a economia obteve um bom desempenho a partir de 1993, embora os anos iniciais da década (1990-1992) tenham sido caracterizados por uma recessão.

No que se refere ao comportamento do mercado de trabalho neste período, conforme dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível observar que, tomando por base o ano de 1990, em que a taxa de desemprego (dessazonalizada) era de 4%, houve um acréscimo nesta (taxa) passando para 6 % no segundo semestre de 2002, quando houve um aprofundamento da recessão. Entretanto, ao longo do período, essa taxa de crescimento foi moderada e em nenhum período atingiu os níveis próximos a da recessão dos anos 80.

períodos de inflação elevada, uma vez que o poder de compra da moeda está sendo corroído pela inflação, impondo uma perda (real) ao proprietário da moeda, como se o mesmo estivesse pagando um imposto”.

⁸ O fundo era apenas uma medida temporária. Reformas constitucionais eram previstas, para que ajuste fiscal se desse no longo prazo. Entretanto, conforme nota de Giambiagi & Rigolon (1999), “É importante ressaltar que a primeira etapa do Plano Real foi cumprida apenas parcialmente. Em 1994 houve equilíbrio operacional do setor público (inclui pagamento de juros corrigidos pela inflação), mas entre 1995 e 1998 foram observados déficits operacionais”.

Cabe ressaltar que é possível observar neste período o início da caracterização de um movimento estrutural, que vai se consolidar no período seguinte, de redução sistemática do emprego industrial e aumento do emprego nos setores de comércio e serviços. Mais especificamente, é possível observar que o nível do emprego industrial cai 10% durante a recessão, mantendo-se constante quando a economia mostra sinais de recuperação (1993-1994), enquanto que, o comércio – embora tenha estado estagnado durante a recessão – apresenta sinais de crescimento a partir desse período. O setor de serviços teve comportamento ascendente ao longo de todo o período.

De forma preliminar, é possível associar, portanto, que a taxa do desemprego aberto e a estagnação do nível de emprego estão diretamente associadas à redução do emprego industrial. A redução deste, por sua vez, é o resultado do processo de abertura comercial e aumento da concorrência desencadeado pela abertura econômica do país. Esta abertura econômica modificou a estrutura industrial do país, pois foram implementadas novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho tendo sempre em vista o aumento da produtividade.

A partir de 1994, o Brasil passa a viver uma nova dinâmica macroeconômica. Para fornecer condições de sustentação ao Plano e, para manter o controle da inflação, as políticas cambial e monetária passam a assumir funções primordiais, conforme apresentado na sessão que se segue.

3.2 Segunda fase: âncora cambial e restrições do balanço de pagamentos

O sucesso inicial do Real no que tange ao controle da inflação foi inegável. Através da quebra dos mecanismos de indexação, o plano alcançou seu primeiro e principal objetivo, a estabilização dos preços, determinando a queda imediata e acentuada da inflação brasileira. Nesta perspectiva, a partir do ano de 1994, a taxa de inflação reduziu-se drasticamente, chegando a casa de dois dígitos já em 1995. Mas, a consolidação desta estabilidade e a retomada do crescimento dependiam da eliminação de outros gargalos, quais sejam, do déficit orçamentário e do balanço de pagamentos, e o estabelecimento de um mecanismo seguro para a fixação de preços que não fosse influenciado pela indexação remanescente (Giambiagi & Rigolon, 1999).

Para tanto, a partir da reforma monetária que introduziu a nova moeda, a política econômica mostrou-se baseada em duas âncoras, a saber, cambial e monetária. A primeira delas faria o papel de estabilizar os preços internos e a âncora monetária funcionaria no sentido de conter o ímpeto da economia no curto prazo, principalmente no que se refere a expansão do consumo, ocasionada pela redução da inflação.

A política cambial determinou neste período inicial do Plano Real o câmbio como âncora nominal para a fixação dos preços. De maneira simplificada, pode-se entender que o câmbio controlado e sobrevalorizado se traduzia na queda dos preços das importações, o que por sua vez,

⁹ Para Lanzana (2001), o aumento da carga tributária previa antecipação do prazo de recolhimento de impostos, do IPMF,

forçava os preços internos para baixo devido a concorrência externa, que em síntese, combatia a inflação.

Neste sentido, inicialmente, a partir da reforma monetária em junho de 1994, adotou-se uma banda cambial¹⁰ assimétrica, uma vez que apenas o limite superior desta era oficialmente fixo, em paridade com o dólar, $R\$1 = US\1 ¹¹. Segundo Margarido (2001), adotou-se uma política relativamente liberal, pois a taxa de câmbio não foi fixada rigidamente na proporção de um para um. Obtendo sucesso na estabilização dos preços, a valorização da moeda foi uma consequência lógica, visto que as autoridades monetárias, neste contexto, elevaram a taxa de juros com a intenção de conter o consumo, o que acabou determinando, por sua vez, um influxo de capitais externos, principalmente, de capitais especulativos.

Apesar de alcançada a estabilização dos preços, a taxa de câmbio tornou-se extremamente valorizada o que, nos primeiros períodos de circulação da nova moeda, acabou por determinar um efeito negativo sobre o balanço de pagamentos. Com a moeda forte, cresceram as importações e reduziram-se as exportações, provocando déficits na balança de transações correntes, conforme pode ser observado na tabela que segue¹².

Tabela 2: Balanço de Pagamentos em US\$ bilhões

Período	Bal. Comercial	Trans. Cor.	Mov. Capitais	Invest. Ext. Liq.	Saldo
1994	10,4	-1,7	14,3	7,3	12,9
1995	-3,3	-18,0	29,3	4,7	13,5
1996	-5,6	-23,1	33,9	15,5	9,0
1997	-6,8	-30,9	25,9	20,7	-7,8
1998	-6,6	-33,6	20,7	20,5	-17,3
1999	-1,2	-24,4	12,0	30,1	-10,7
2000	-0,7	-24,7	30,4	29,6	8,1

Fonte: Banco Central do Brasil (outubro/2005)

Cofins, aumento do IOF etc.

¹⁰ As bandas cambiais caracterizam-se pelo estabelecimento de limites superiores e inferiores para variações do câmbio, pressupondo-se que dentro desses limites a taxa de câmbio flutua, livremente, em torno de uma taxa de referência, subentendida como a taxa que asseguraria os equilíbrios interno e externo da economia. Quando o governo anuncia o estabelecimento de um regime de banda cambial, ele está anunciando a disposição de sustentar os limites anunciados mediante a correção dos 'fundamentos'. A idéia é de que os agentes vão antecipar as intervenções do governo de forma que o ajustamento ótimo de câmbio pelo mercado será muito mais suave do que o que se observaria na ausência de banda. Falcão Silva (2002)

¹¹ Em um *paper* intitulado "A nova política cambial" e distribuído apenas internamente pela equipe econômica do governo, Franco (1994) IN: Prado (2005, p. 490) esclarece que "a opção foi pela flexibilização para baixo da taxa de câmbio, mediante a adoção de um sistema de bandas, a banda superior está fixada (...) e a banda inferior não é explicitamente definida nem fixa, havendo, todavia, o entendimento de que a taxa não deve cair a níveis insustentavelmente baixo".

¹² Ferrari-Filho (2002) destaca que, alguns críticos do Plano, como Delfim Netto, Celso Pastore e Maria da Conceição Tavares, argumentavam que o câmbio apreciado geraria um grave e insustentável problema, crise do balanço de pagamentos. É importante ressaltar que a equipe econômica do governo, em que a figura de Gustavo Franco se destacava, acreditava que a apreciação cambial era um sintoma natural do novo contexto macro vivido pelo país, qual seja, a redução da inflação, e que as restrições do balanço de pagamentos seria suplantadas pelos crescentes investimentos externos, considerando aqui o processo de privatizações além de o déficit em conta corrente ser caracterizado, dentre outros, pelo aumento das importações de bens de capital.

Neste sentido, o financiamento do déficit em conta corrente, segundo Falcão Silva (2002), só poderia ocorrer através de superávits na conta de capital, ou seja, pela entrada de capitais externos sob a forma de Investimento Externo Direto (no caso brasileiro através das privatizações), capital de portfólio de curto prazo, ampliação da dívida externa, ou ainda pela “*queima*” das reservas internacionais. Portanto, o volume de reservas internacionais era fundamental para viabilizar a estabilidade e efetividade da âncora cambial.

Desta forma, a política monetária, que já vinha sendo restritiva, no intento de evitar a possível “bolha de consumo” determinada pela quebra do regime inflacionário, passou a funcionar como uma segunda âncora do Plano Real. A taxa de juros requerida para atrair os capitais externos e conter o consumo mostrou-se significativamente elevada, ficando em torno de 56,4% a.a em dezembro de 1994. Mesmo em um contexto de certa liquidez internacional, a economia apresentava-se altamente suscetível à alterações econômicas do cenário mundial.

Neste contexto, a “economia das âncoras” acabou por determinar um cenário macroeconômico de extrema vulnerabilidade externa para o Brasil. Os déficits se tornaram cada vez maiores e a capacidade de financiamento externo destes mais difíceis e exigentes. O risco de uma crise cambial tornava-se iminente, tendo em vista a alta volatilidade do fluxo do capital internacional para os países “emergentes”. Isso se torna mais claro quando, a sucessão de crises internacionais, ao deteriorar os fundamentos da economia, determina a crise cambial brasileira no início de 1999.

Assim, logo nos primeiros meses do Plano Real, a crise do México determinou significativa redução do fluxo de capitais externo para o Brasil. Nas palavras de Ferrari-Filho (2002, p.10), “*a crise mexicana, 1994/1995, sinalizou que a conseqüência da apreciação provocaria, cedo ou tarde, uma crise cambial no Brasil. Devido ao “efeito Tequila”, os investimentos internacionais reduziram-se e, como resultado, as reservas cambiais diminuíram*”. O governo, entretanto, temeroso de uma volta do processo inflacionário, não permitiu a desvalorização cambial, mas adotou um regime de câmbio denominado *crawling peg*, ou seja, minidesvalorizações cambiais, intra-banda, a partir de março de 1995. A desvalorização promovida foi algo em torno de 5,6% em março de 1995, e seguida de pequenas e sucessivas desvalorizações desde então, através de um regime de bandas deslizantes. Para contrabalançar os efeitos das minidesvalorizações, fez-se altamente ortodoxa e restritiva a política monetária, elevando marcadamente a taxa básica de juros, que em março de 1995 foi de 65% a.a. Tais políticas evitaram, no momento, uma crise cambial, mas sendo a taxa de câmbio, ainda, sobrevalorizada e a taxa de juros mantida em níveis excessivamente elevados, permitindo que a economia continuasse instável e altamente vulnerável a choques externos.

Sob estas condições, no segundo semestre de 1997, uma nova crise internacional, agora na Ásia, promoveu um novo ataque especulativo à moeda brasileira. Novamente as reservas foram “queimadas” pelas autoridades monetárias, reduzindo-se de 57,8 bilhões de dólares em janeiro de

1997, para 51,3 bilhões em dezembro deste ano. Novamente, o governo adota políticas conservadoras através de elevações drásticas a taxa de juros – passando de 23,6% a.a. em setembro do ano corrente para 43% a.a. em dezembro - e de aperto fiscal. Essas políticas, de alguma forma, retomam a confiança dos investidores estrangeiros e permitem a recomposição das reservas cambiais, muito embora o cenário econômico de alta volatilidade permaneça o mesmo.

A crise russa em 1998 promoveu um novo efeito contágio e evidenciou claramente para os investidores os sérios desequilíbrios da economia Brasileira. No entanto, as medidas adotadas nas crises anteriores não surtiram o mesmo efeito quando deflagrada a crise e nem mesmo um acordo com o Fundo Monetário Internacional foi capaz de restabelecer a confiança no país e no Plano Real determinando, assim, a saída de capitais internacionais e a supressão das reservas. Para Giambiagi & Rigolon (1999, p. 14-15):

... o contágio das crises asiática e russa, em 1997 e 1998, encontrou o programa brasileiro com fundamentos bastante frágeis, (...) fugas de capitais produziram rápida desacumulação de reserva. A manutenção da política cambial exigiu elevações dramáticas na taxa de juros, com efeitos indesejáveis no nível de atividade, no emprego e nas contas públicas.

É neste cenário de mudança no padrão monetário, de crises internacionais, de ataques especulativos e do avanço do processo de liberalização que o mercado de trabalho busca-se ajustar. Neste período, contudo, observa-se que o mesmo teve um comportamento ambíguo, de certa forma, acompanhado o desempenho econômico do país. Em um primeiro momento, a começar pelo ano de 1995 - dado o desempenho positivo da economia - o mercado de trabalho teve um forte impulso que foi capaz de aumentar o nível de emprego total levando a redução da taxa de desemprego aberto. No entanto, em um segundo momento, principalmente associado aos efeitos adversos causados pelas crises internacionais, a começar pela crise mexicana, a taxa de desemprego aberto voltou a crescer, iniciando um movimento que se acentua a partir de então.

Uma análise mais detalhada deste período mostra que, o processo que se iniciara no período anterior torna-se mais claro, qual seja, a tendência de queda do emprego industrial. Os dados do PME/IBGE mostram que o emprego industrial tende a cair a partir de 1995, apesar do crescimento do produto, enquanto que nos setores comércio e serviços este tende a aumentar acentuadamente até 1996 quando, a partir de então, apresentam sinais de estagnação. Portanto, é fácil concluir que no início do processo de estabilização, o crescimento do emprego nos setores comércio e serviços mais que compensa a queda no setor industrial, fato que não mais ocorre a partir de 1997.

Esta tendência permanece até 1999 quando novos ataques especulativos ao Real se sucederam, determinando a insustentabilidade dos rumos da política econômica praticada até então, e que teve como consequência imediata a mudança do regime cambial. Assim, uma nova articulação

das políticas foi estabelecida, configurando um “*novo mix de políticas*”, e que é, caracteristicamente, marcada pelo aprofundamento do desemprego aberto.

3.3 Terceira fase: Câmbio flutuante e metas de inflação

Em um contexto de crise cambial e de alta vulnerabilidade externa presenciado pelo país ao final de 1998 e início de 1999, a “alternativa” escolhida pelo governo foi à desvalorização cambial. A partir de 15 de janeiro de 1999 o câmbio, que funcionava como âncora até então, foi flexibilizado com a adoção de regime de câmbio flutuante.

Cabe ressaltar, entretanto, que a dinâmica funcional das políticas econômicas, neste caso política cambial e monetária, é invertida, mas o objetivo primeiro deste novo *mix de políticas*, assim como o objetivo da política econômica antecedente, continua a ser o combate à inflação. Anteriormente, buscava-se o controle dos níveis de preços através da sobrevalorização cambial. Entretanto, com a adoção do regime flutuante para o câmbio, tal estratégia não é mais possível, transferindo-se, portanto, para a política monetária a função de estabilizar o nível de preços. Neste sentido, a fim de cumprir com seus objetivos, o Banco Central (BACEN) implementou em junho de 1999, no Brasil, o sistema de metas de inflação (*inflation targeting*).

O regime de metas inflacionárias, por sua vez, é caracterizado pelo anúncio oficial de uma banda para a flutuação da taxa de inflação e pelo reconhecimento explícito de que o principal objetivo da política monetária deve ser a manutenção de uma taxa de inflação baixa e estável. Mais especificamente, entendendo de forma simplista, um regime de metas de inflação é aquele em que as medidas de política monetária, principalmente no que se refere a determinação da taxa de juros básica (SELIC), são tomadas com o objetivo claro de controlar a taxa de inflação ou o nível de preços, mantendo-a dentro de um limite pré-determinado. O controle da inflação ocorre, fundamentalmente, pelo ajuste da taxa básica de juros em um valor compatível com as metas inflacionárias fixadas (Mendonça, 2002).

A dinâmica de controle da taxa de inflação via taxa de juros é, simplificada, exercida de seguinte forma: o Banco Central aumenta a taxa nominal de juros toda vez que houver um aumento das expectativas de inflação, e reduz taxa nominal de juros toda vez que houver uma redução da inflação esperada (Curado & Oreiro, 2005).

O regime de metas de inflação tem sido bem sucedido no que tange a estabilização do nível de preços, muito embora haja dúvidas quanto a sua eficácia no que concerne ao crescimento econômico. Muitos estudiosos têm afirmado que o regime de metas acaba impedindo que a economia cresça a seu nível potencial, uma vez que a estabilização do nível de preços tem requerido altas taxas reais de juros, o que, por sua vez, impede a realização de novos investimentos.

Nesse contexto, os mercados de trabalho têm buscado se ajustar a nova realidade da economia brasileira, passando a ser caracterizado no período por taxas de desemprego significativamente mais elevadas do que as médias históricas dos períodos anteriores. Cabe ressaltar, entretanto, que nos últimos anos, a destacar o período 2003-2005, a taxa de desemprego tem diminuído, dado o desempenho positivo da mesma no período.

4- DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: evolução e principais características¹³

Nas sessões que se seguiram pode-se observar que existem dois conjuntos de fatores que tem influenciado decisivamente o comportamento do mercado de trabalho. O primeiro refere-se a um movimento de ordem mais global, que esta associado à globalização e aos novos processos e formas de produção, enquanto que, o segundo esta diretamente associado a condução da política econômica de curto prazo. Nesse sentido, a análise que se segue busca evidenciar o comportamento do mercado de trabalho na RMPA ao longo dos últimos anos, a fim de elucidar o comportamento do mesmo diante das sucessivas mudanças que caracterizam o período.

A tabela 1 apresentada abaixo sintetiza os principais indicadores do mercado de trabalho na RMPA para o período especificado. A partir dos dados apresentados é possível mostrar que no último ano da série (2005), a População Economicamente Ativa (PEA) cresceu 1,5% em relação ao ano anterior, ficando estimada em 1.835 mil indivíduos, e que o crescimento em relação ao ano base (1993) foi de 28.5%, o que representa, aproximadamente, um acréscimo de 407 mil indivíduos. Este acréscimo, no entanto, não foi acompanhado pelo aumento do número de empregos disponíveis, sobretudo, porque houve setores – a destacar indústria – que mantiveram a mesma quantidade de pessoas empregadas ao longo do período, resultando, portanto, em uma maior taxa de desemprego.

Tabela 3 - Principais Indicadores do Mercado de Trabalho na RMPA- 1993-2005

Discriminação	Anos													Absoluta
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
População total (1)	3096	3140	3184	3227	3288	3354	3422	3489	3539	3587	3635	3684	3742	58
Pia (2)	2504	2567	2602	2669	2721	2780	2855	2925	2969	3019	3057	3123	3190	67
Pea (2)	1428	1410	1447	1457	1469	1576	1665	1722	1740	1736	1771	1807	1835	28
População ocupada (3)	1254	1251	1292	1266	1272	1325	1349	1436	1481	1470	1475	1520	1569	49
Indústria	304	295	283	268	252	250	256	284	294	277	267	285	307	22
Comércio	204	199	220	211	215	223	228	230	240	236	243	258	269	11

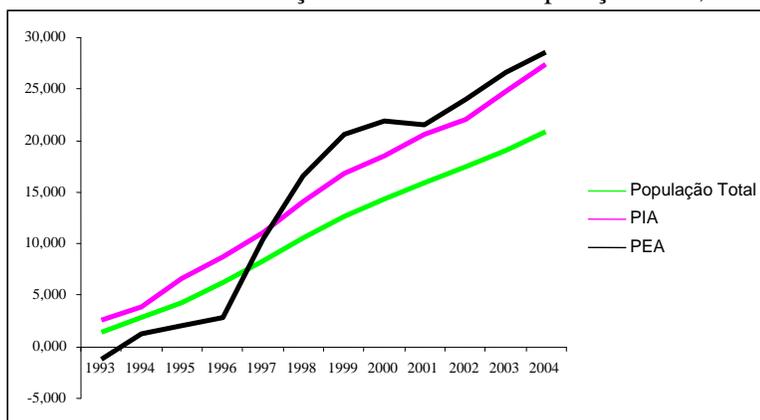
¹³ A fonte de dados utilizada como referência foram as informações captadas pela série Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED/ RMPA – correspondente ao período de 1993 a 2005, e os resultados serão apresentados levando-se em consideração o método descritivo e o método estatístico. A apresentação e a análise dos gráficos e das tabelas serão feitas com o objetivo de justificar as conclusões apresentadas pelos os autores.

Serviços	588	593	607	613	627	662	678	730	755	768	771	784	807	23
Outros(4)	150	158	175	168	172	183	181	185	186	184	186	187	180	-7
Desempregados	174	159	155	191	197	251	316	286	259	266	296	287	266	-21
Taxas de desemprego														
Total	12,2	11,3	10,7	13,1	13,4	15,9	19,0	16,6	14,9	15,3	16,7	15,9	14,5	-1,4
Aberto	7,3	8,0	8,1	9,1	9,6	11,2	12,1	10,5	9,6	10,0	11,1	10,7	10,3	-0,4
Oculto	4,9	3,3	2,6	4,0	3,8	4,7	6,9	6,1	5,3	5,3	5,6	5,2	4,2	-1

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE - RS, SEAD-SP e DIEESE. (1) Estimativa em 1.000 pessoas. (2) estimativa em 1.000 pessoas, (3) Base: média de 1993 =100, (4) Inclui construção civil, serviços domésticos e outros.

A primeira análise a fazer dos dados apresentados refere-se ao o comportamento da variação no tempo das variáveis população total, população com idade ativa (PIA) e população economicamente ativa (PEA). Como mostrado no gráfico 1, observa-se um comportamento tendencial mais ou menos homogêneo entre estas variáveis, isto é, ambas apresentam movimentos bastantes parecidos, destacando, entretanto, o fato de que, a partir de um determinado período (1996), a variação na PEA foi superior a variação sofrida pela PIA. Isto significa dizer, em última análise, que houve um incremento de pessoas no mercado de trabalho.

Gráfico 1: Variação Percentual da População total, da PEA e da PIA na RMPA



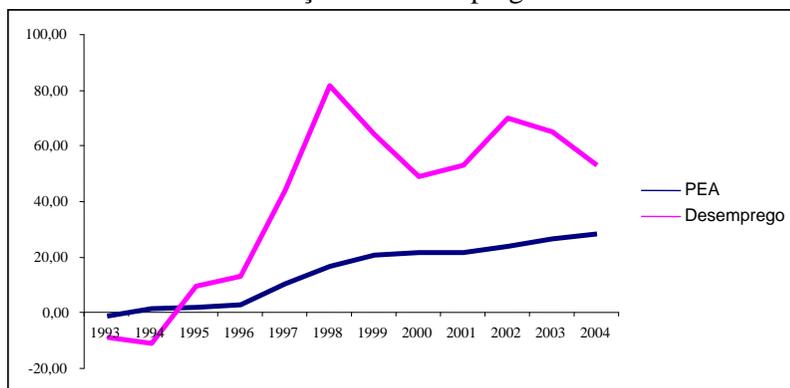
Fonte: PED-RMPA -Convênio FEE, FGTAS/SINE - RS, SEAD-SP e DIEESE.

Observe que este aumento no número de pessoas economicamente ativas não pode ser explicado por uma variação da população total, ou seja, de um acréscimo do número absoluto de pessoas e nem por um crescimento da PIA, que poderia sugerir talvez um envelhecimento da população (maior número de pessoas em idade ativa). O que ocorre é uma mudança relativa, no sentido de que, uma parcela maior da PIA busca ingressar no mercado de trabalho, provavelmente, dada a conjuntura econômica do período, ou seja, o desempenho positivo da mesma principalmente nos primeiros anos do plano real.

Analisando a variação do desemprego neste período, contata-se que o mesmo teve uma variação positiva, ou seja, aumentou. Essa variação pode ser explicada, por um lado, pelo aumento de pessoas no mercado de trabalho, ou seja, dispostas a trabalhar (como mencionado anteriormente)

e, por outro, por fatores conjunturais associados ao comportamento e a dinâmica da economia local e/ou brasileira. Utilizando o gráfico 2 apresentado abaixo, é possível demonstrar esta afirmação, observando que, a maior variação no índice de desemprego corresponde exatamente ao ano de 1999, que é o período em que a economia brasileira entra em crise.

Gráfico 2: Variação do Desemprego e da PEA em RMPA – 1999-2005



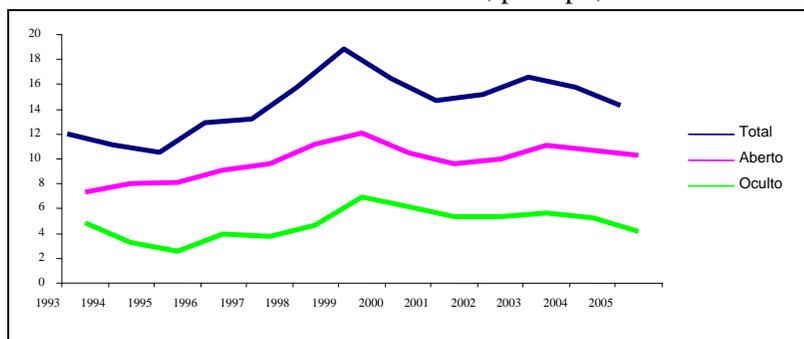
Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE - RS, SEAD-SP e DIEESE.

Observe que no gráfico 2 a taxa de desemprego aumenta significativamente no período compreendido entre 1996 - 1999, período este que como observou-se anteriormente é caracterizado pelas crises internacionais e pela condução da políticas econômica de forma restritiva, tendo sempre como objetivo a estabilização do nível de preços. Este período também é caracterizado pela valorização cambial, o que, por sua vez, dificulta as exportações. Nesse sentido, uma vez que parte da produção das empresas não consegue ser vendida, acumulando-se nos estoques das mesmas, as empresas tendem a reduzir a produção e, portanto, a diminuir o número de funcionários. Esta é uma característica do mercado nacional no período que, também, pode ser encontrada na RMPA. O outro ponto de inflexão do gráfico correspondente ao ano de 2002, onde a taxa de desemprego aumenta também de forma significativa, o que pode ser explicado pela volatilidade e pela insegurança relativas ao ano eleitoral.

Vale observar que a taxa de desemprego aberto tem sido a principal responsável pela determinação do mesmo, muito embora ambas as variáveis utilizadas para mensurar os diversos tipos de emprego tendem a movimentar-se de maneira uniforme, conforme mostra o gráfico 3. Especificamente para o ano de 2005, pode se observar que a queda na taxa média de desemprego total foi acompanhada tanto pelo comportamento da taxa de desemprego aberto que diminuiu do patamar de 10,7% do ano anterior para 10,3 % no ano corrente, como pelo comportamento do desemprego oculto, que também diminuiu de 5,2% para 4,2%. Isso de certa forma corrobora a hipótese de que estaria havendo um movimento no sentido de precarização das formas de trabalho¹⁴ já que o desemprego oculto busca justamente captar esses efeitos.

¹⁴ Vale ressaltar, que se entende que é possível que a metodologia empregada possa não captar esses efeitos.

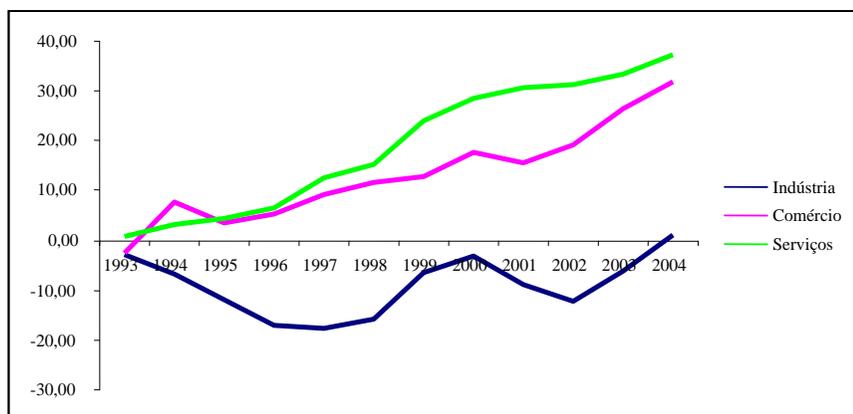
Gráfico 3: Taxas Médias Anuais, por tipo, na RMPA- 1993-2005



Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE - RS, SEAD-SP e DIEESE.

Considerando o desempenho por setores de atividade ao longo do período, observa-se que a evolução do nível ocupacional deve-se, principalmente, à ampliação da ocupação no comércio e nos serviços. Esses dois setores tiveram uma variação positiva na ocupação, em relação à ano base, de 31,9% e 37,2%, respectivamente, enquanto que a ocupação da indústria tendeu a manter-se estagnada. Vale considerar, contudo, que ao longo de toda a década a variação no emprego na indústria foi negativa voltando tão somente a aproximar-se dos valores passados no último ano. O gráfico 4 mostra o comportamento da variação no nível ocupacional por setor de atividade onde observa-se um nítida tendência de aumento da ocupação no setor de serviços.

Gráfico 4: Variação no número de ocupados, por setor de atividade, na RMPA – 1993-2005



Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE - RS, SEAD-SP e DIEESE.

O desempenho negativo da indústria está fortemente associado à conjuntura econômica do período. Destaca-se que a abertura comercial, juntamente com a política de apreciação cambial - em vigor desde o início do plano real – acabaram por colocar restrições ao crescimento deste setor, sobretudo, no que se refere a alguns setores mais ligados com o comércio Internacional. A abertura comercial tende a afetar com mais intensidade, neste período, subsectores da indústria de transformação, tais como, a indústria de produtos alimentícios, a indústria têxtil e a indústria de

calçados¹⁵, enquanto que, a conjuntura internacional desfavorável (dado, principalmente, pelas crises internacionais) tende afetar de forma negativa praticamente a totalidade dos subsetores. Esses são, dentre outros, alguns dos fatores que explicam o desempenho negativo da indústria ao longo de quase todo o período, e que, portanto, acabam por determinar o aumento da taxa de desemprego¹⁶.

Especificamente para o ano de 2005, o comportamento da ocupação segundo os principais setores de atividade mostrou crescimento de 22 mil postos de trabalho na indústria, 11 mil no comércio e 23 mil nos serviços o que, descontados o ingresso de 28 mil indivíduos no mercado de trabalho (variação da PEA), resultou na diminuição de aproximadamente 28 mil desempregados, ou seja, houve variação significativa na oferta de empregos no ano.

A ocupação por setores de atividade, portanto, mostra claramente uma tendência que se configura em relação ao mercado de trabalho em todo território nacional, qual seja, o aumento do emprego no setor de serviços e a diminuição no da indústria. Neste caso, específico para a RMPA é possível mostrar que, enquanto em 1993 os setores de atividades indústria – comércio - serviços empregavam, respectivamente, 21, 14 e 41%, no ano de 2005 esses valores passaram para 17, 15 e 44%. Ou seja, houve significativa mudança em termos da participação da indústria na geração de empregos total, com sua acentuada queda onde, parte destes trabalhadores passa a ser absorvida pelo setor de serviços e parte tende a aumentar o índice de desempregados.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho buscou-se mostrar, em um primeiro momento, que o processo de globalização e a conjugação de novas tecnologias estabelecem uma reconfiguração no processo produtivo e, conseqüentemente, do mercado de trabalho. Este sido caracterizado, principalmente, a partir do final dos anos 80, pela temática do desemprego, uma vez que a reformulação do processo produtivo e introdução de inovações tecnológicas são, em sua maioria, poupadoras de mão-de-obra.

Além disso, em um segundo momento, buscou-se mostrar que, no que se refere ao desempenho do mercado de trabalho brasileiro a partir da década de 90, existe um agravante, que é a instabilidade macroeconômica vivida pelo país no período. Vale destacar, contudo, que estas políticas tiveram como foco principal o controle do nível de preços, de tal forma que o desempenho do mercado de trabalho, mais especificamente, a diminuição da taxa de desemprego, foi relegado para segundo plano.

Neste cenário, buscou-se analisar o desempenho do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no período entre 1993 a 2005, a fim de elucidar o

¹⁵ No ano de 1994 a indústria de calçados empregava cerca de 30% da mão - de- obra do setor industrial, o que, após a abertura comercial à concorrência internacional – principalmente da China – diminuiu sensivelmente.

¹⁶ Para o caso da RMPA um outro fator importante é a migração de empresas para outros estados da federação, a destacar, para estados que compõem o nordeste brasileiro.

comportamento deste frente a essas modificações. Como se observou, é possível identificar um movimento de ordem conjuntural, e que é característica do mercado de trabalho nacional, de aumento significativo da participação do setor de serviços e comércio na geração de empregos e no montante de pessoas ocupadas.

Observou-se, também, uma queda acentuada na ocupação da indústria, em grande parte, como consequência da abertura comercial. A rápida abertura comercial desestruturou inicialmente este setor, que somente nos anos recentes têm conseguido recuperar-se à medida que começa a obter os ganhos de produtividade provindo dos investimentos realizados no período.

Em síntese, é possível concluir que houve um crescimento expressivo na taxa de desemprego o que, de certa forma, característica do mercado de trabalho nacional e que tem se intensificado na Região Metropolitana de Porto Alegre. Isso significa dizer, em outras palavras, que a economia não tem apresentado um crescimento significativo que seja capaz de gerar empregos suficientes para resolver os problemas do mercado de trabalho, mais especificamente, para reverter à tendência de desemprego crescente.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARO, A. A. da S. Automação microeletrônica e os impactos sobre o nível de empregos e a qualificação profissional na indústria. **Análise**, v. 6, nº2, p. 63-83, 1995.
- BACHA, Edmar L. O Plano Real: uma avaliação. IN: MERCADANTE, A. (org). **O Brasil pós Real: a política econômica em debate**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.
- BAER, W. **A economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2002.
- BALTAR, P. E. A.. “Crise contemporânea e mercado de trabalho no Brasil”. In:
- BLANCHARD. O. **Macroeconomia**. 3º ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- BOGDANSKI, J; TOMBINI, A; WERLANG, S. R. (2000). Implementing Inflation Targeting in Brazil. **Working Paper**, Brasília: Banco Central do Brasil, n.1.
- CARLEIAL, Liana. Quem tem medo do desemprego no Brasil? **Indicadores FEE**, Porto Alegre: FEE, v.26, n.2, p.170-193, 1998.
- CURADO. M. L. & OREIRO. J. L. **Metas de inflação: uma avaliação do caso brasileiro. Texto para discussão – nº 15**. Curitiba, CMDE/UFPR. 2005.
- DEDECCA, Claudio Salvadori. O desemprego e seu diagnóstico hoje no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol.18, n.1, p.99-109, janeiro/março, 1998.
- _____. “Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho.” In: OLIVEIRA, Marco Antonio de. (Org.). **Economia e trabalho**. Campinas, São Paulo: UNICAMP. IE. 1998, p.95-111.
- _____. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. **UNICAMP**: Campinas, IE, 1999, (Coleções Teses).
- _____. BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, Inst. Pesq. Econ.-USP, v.27, p. 64-82, p. 65-79, nov., 1997.

- FALCÃO SILVA M. L. Plano Real e Âncora Cambial. *Revista de Economia Política*, vol. 22, nº 3 (87), julho-setembro/2002.
- FERRARI – FILHO. F. Da tríade mobilidade de capital, flexibilidade cambial e metas de inflação à proposição de uma agenda econômica alternativa: uma estratégia de desenvolvimento para a economia à luz da teoria pós-keynesina. UFRGS – **Textos para discussão** - nº 14, novembro/2002.
- FRANCO, G. **A nova política cambial**.(1994). IN: PRADO. M^a. C. R. M. **A real história do Real**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- FRANCO, G. **Inserção externa e desenvolvimento**. Mimeo, 1996. (abril de 2005). IN: www.econ.puc-rio.br/gfranco
- GIAMBIAGI, F. RIGOLON, F. J. Z. **Economia brasileira: panorama geral**. Mimeo, 1999. (maio de 2005) IN: www.bndes.gov.br
- INFORME PED: Pesquisa de emprego e desemprego na região metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, número especial, jan. 2004, 2005.
- IPEADATA. (outubro de 2005). www.ipea.org.br
- LACERDA, A. C. de. Globalização e Reestruturação Produtiva o Brasil na berlinda? São Paulo em Perspectiva, São Paulo: **SEADE**, v.12, art.12, julho/set., p. 89-95,1998.
- _____. O impacto da globalização na economia brasileira. 2.ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
- LANZANA, A. E. T. **Economia brasileira: fundamentos e atualidade**. São Paulo: Atlas, 2001.
- MARGARIDO, M. A. **A questão cambial e a balança comercial no Brasil pós-Plano Real**. *Informações Econômicas*, SP, vol. 31, nº 11, novembro/2001.
- MATTOSO, J. E. L. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1995.
- OLIVEIRA, M. A. de. (Org.). Economia e Trabalho. Campinas, São Paulo, UNICAMP, IE. 1998, p.129-146.
- _____. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: DEDECCA, Claudio Salvadori HENRIQUE, Wilnês. UNICAMP: Campinas, 1994, p.87 – 106.
- POCHMANN, M. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, junho, p.211-214, 1998a.
- _____. “Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho.” In: Oliveira, Marco Antonio de (org). **Economia e Trabalho**. Campinas. São Paulo: UNICAMP. IE. 1998b, p. 61-94.
- _____. “Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil”. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de, (Org.). **Economia e trabalho**. Campinas: São Paulo, UNICAMP, IE. 1998c, p. 219-234.
- SINGER, Paul. Globalização e desemprego. Editora Contexto. 3.ed. São Paulo,1999.
- TAVARES, **A economia política do Real**. IN: MERCADANTE, A. (org). **O Brasil pós-Real: a política econômica em debate**. Campinas, São Paulo: UNICAMP. IE, 1998.
- TAVARES, M^a C. & BELLUZZO. L. G. M. Desenvolvimento no Brasil – relembrando um velho tema. IN: BIELCHOWSKY & MUSSI (org). **Políticas para a retomada do crescimento – reflexões de economistas brasileiros**. Brasília: IPEA/CEPAL, 2002.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.